

AGUDEZAS CRÍTICAS ¹

CRITICAL WIT

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2175-3180.v15i29p401-419>

Marcus De Martini ¹

RESUMO

Este texto é uma resenha da obra *Agudezas seiscentistas e outros ensaios*, do renomado crítico literário brasileiro João Adolfo Hansen. Composta por 14 ensaios do autor e primeiro volume de uma trilogia de ensaios reunidos a ser publicada em sequência, a obra propõe uma “arqueologia da representação colonial”, desenvolvendo-a por meio de homologias entre diversos registros, com ênfase na análise de gêneros letrados luso-brasileiros dos séculos XVI, XVII e XVIII.

PALAVRAS-CHAVE

Agudezas seiscentistas. João Adolfo Hansen.
Representação colonial.

ABSTRACT

This text is a review about the book Agudezas seiscentistas e outros ensaios, by João Adolfo Hansen, renowned Brazilian literary critic. The book, presenting fourteen essays, is the first of a trilogy of Hansen's collected essays yet to be published, and proposes an “archeology of the colonial representation” by means of homologies between several registers, emphasizing Luso-Brazilian literary genres from the 16th, 17th and 18th centuries.

KEYWORDS

Agudezas seiscentistas. João Adolfo Hansen.
Colonial representation.

¹ Resenha de:

HANSEN, João Adolfo. *Agudezas seiscentistas e outros ensaios*. São Paulo: EDUSP, 2019.

¹ Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.

Agudezas seiscentistas e outros ensaios (EDUSP, 2019, 344p.) é uma coletânea de textos do professor emérito da Universidade de São Paulo João Adolfo Hansen, os quais, em geral, versam sobre categorias de composição e análise peculiares às representações luso-brasileiras dos séculos XVI, XVII e XVIII, com ênfase às letras chamadas ordinariamente de “coloniais”, isto é, resultantes da atividade “literária” de letrados das Províncias do Brasil e do Maranhão e Grão-Pará, durante o período, propondo o que o autor chama de uma “arqueologia da representação colonial”. Portanto, a obra interessa, primeiramente, a todos aqueles que estudam e/ou apreciam a produção letrada anterior ao Romantismo, sejam eles críticos literários, historiadores, antropólogos, ou mesmo diletantes, mas não apenas esses. Seu caráter inovador e por vezes polêmico torna a obra relevantíssima ainda para os que se interessam por questões teóricas e metodológicas pertinentes ao estudo de literatura, e de sua relação com outras áreas do conhecimento, seja ela de que tempo for.

Muito embora o volume em questão seja dedicado às letras coloniais, é preciso mencionar que a variada obra ensaística de Hansen vai muito além disso. Este desloca-se com desenvoltura também por autores do XIX e do XX, como ainda por escritores, críticos, historiadores e artistas contemporâneos. São conhecidos, por exemplo, seus escritos sobre Machado de Assis, Carlos Drummond de Andrade, Clarice Lispector, Cecília Meireles, Guimarães Rosa, acerca do qual inclusive tem um livro publicado (*O o: a ficção da literatura em Grande sertão: veredas*, 2000), resultado de sua dissertação de mestrado, assim como sobre Hilda Hilst, Glauco Mattoso e mesmo Samuel Beckett. No entanto, foi de fato com *A sátira e o engenho*, de 1989, sua obra sobre a poesia satírica atribuída a Gregório de Matos e Guerra, que Hansen começou a ganhar destaque na crítica literária brasileira. Com a obra, resultado de sua tese de doutorado na Universidade de São Paulo (USP), Hansen acabaria por modificar a recepção da poesia atribuída ao poeta, trabalho esse que culminaria, anos depois, com a edição do códice Asensio-Cunha, já em parceria com Marcello Moreira (GUERRA, 2013).

Dada essa abrangência, as organizadoras de *Agudezas seiscentistas*, Cilaine Alves Cunha e Mayra Laudanna, dividiram a obra ensaística de Hansen em três volumes, conforme explicitam em um dos três prefácios

que competentemente apresentam o livro, imprescindíveis para aqueles menos familiarizados com a obra do autor. Este, o primeiro volume, sumariamente apresentado acima, será seguido por um segundo, também dedicado ao período em questão, enquanto um terceiro abarcará estudos sobre temas e artes modernas e contemporâneas (HANSEN, 2019, p. 23). A iniciativa é, no mínimo, louvável, pois, apesar de alguns artigos do autor encontrarem-se disponíveis em periódicos *on-line*, outros tantos são hoje de difícil acesso, ou por terem feito parte de edições ora esgotadas, ou por terem sido textos lidos em conferências. Além disso, há ainda material até então inédito (no caso, o ensaio “Memória e poesia”). Assim, a publicação haverá de trazer novamente à baila textos do autor, alguns dos quais hoje infelizmente pouco lembrados, fazendo, desse modo, um pouco mais de justiça ao legado crítico de Hansen.

Além dos três prefácios das organizadoras da obra, compõem o primeiro volume 14 ensaios do autor: “Ler & Ver: pressupostos da representação colonial”; “Para uma história dos conceitos das letras coloniais luso-brasileiras dos séculos XVI, XVII e XVIII”; “A civilização pela palavra”; “Razão de Estado”; “O discreto”; “Educando príncipes no espelho”; “Agudezas seiscentistas”; “Lugar-comum”; “A doutrina do engenho poético no século XVII”; “*Ut pictura poesis* e verossimilhança na doutrina do conceito no século XVII colonial”; “Memória e poesia”; “Apresentação dos epitáfios jocossérios portugueses e castelhanos”; “Categorias epidíticas da *ekphrasis*”; e “Alguns preceitos da invenção e elocução metafóricas de emblemas e empresas”. Encerra o volume um elucidativo posfácio de Leon Kossovitch, que conta, por fim, com orelha assinada por Alcir Pécora.

Como se vê, a organização do livro segue uma ordem de ensaios que vão de assuntos mais gerais a temas mais específicos. Assim, os dois primeiros (“Ler & Ver” e “Para uma história...”), em particular, ocupam-se de pressupostos metodológicos para a compreensão da representação colonial, os quais, por sua vez, são esmiuçados nos ensaios seguintes, que, de certo modo, comportam-se como extensas e eruditas notas de rodapé aos primeiros, verdadeiros verbetes para noções que aparecem por vezes pressupostas ou não detidamente explicadas nos dois artigos iniciais.

Apesar de os ensaios possuírem autonomia, pois foram todos compostos em momentos e para finalidades diversos, e abordarem assuntos em geral diferentes, há, ocasionalmente, por esse mesmo motivo, o repisar

hoje lido Wayne Booth. Ainda que não propusessem geralmente uma aplicação direta de princípios da tradição retórica, mas antes uma “adaptação” deles, os “neor aristotélicos” talvez sejam possivelmente os maiores responsáveis, na área da Literatura, pelo menos, pela retomada, no século XX, do interesse em Aristóteles e, em particular, pela relação que o estagirita primeiramente estabeleceu entre poesia e retórica². Significativamente, mais adiante, o próprio Estruturalismo³ vai se dar conta, nas palavras de seu mais importante arauto, Roland Barthes, que o que faziam não deixava de ser “retórica”, fato que o motivou a escrever uma até hoje muito útil apresentação sobre a retórica antiga (BARTHES, 1975). Paralelamente, é por esse tempo que os estudos retóricos começarão também a tomar mais corpo. O último quartel do século XX vai ser palco da obra de Brian Vickers, para não mencionar a muito influente suma de Marc Fumaroli (2002) sobre a “arte da eloquência” na França. Nesses casos, como no de Hansen, a retórica é como que uma imposição do objeto, determinada por escolhas metodológicas, não um critério exterior ou arbitrário.

Além disso, em função dessa reconstrução de um sentido perdido e a concentração em textos do passado, não poucos aproximaram o labor teórico de Hansen a uma hermenêutica, apesar da flagrante ausência de qualquer referência explícita a essa corrente crítica. Leon Kossovitch

² A propósito, um dos poucos críticos literários citados mais de uma vez por Hansen nos ensaios aqui coligidos – Wesley Trimpi, autor do erudito, mas hoje pouco lembrado, *Muses of the mind* (1983) – foi, por sua vez, discípulo de Yvor Winters, poeta e crítico norte-americano realmente ligado ao *New Criticism*. No entanto, o próprio Trimpi distanciou-se dos pressupostos da escola, talvez por influência dos próprios “neor aristotélicos”, uma vez que propõe também uma espécie de “arqueologia da literatura”; no caso, a tese da “literatura” como uma quarta ordem discursiva, criada na Antiguidade grega para balancear as outras três: a judicativa, a retórica e a matemática. No entanto, Trimpi procura separar claramente uma da outra. Para tal, faz excursos muito profundos por algumas noções caras à poética e às retóricas antigas.

³ Em entrevista recente, Hansen fez uma menção ao antropólogo francês Claude Lévi-Strauss, o que pode atestar sua familiaridade com alguns estruturalistas e seus métodos de trabalho, além de contextualizar sua proposta de uma “arqueologia da representação colonial”. Afirma Hansen: “Para obter uma visão espacial e sistêmica da estrutura da mitologia narrada por indígenas sul-americanos, o antropólogo Claude Lévi-Strauss [1908-2009] anotou tudo em cartolinas e as pendurou em dois varais paralelos em uma grande sala do Museu do Homem, em Paris. Como eu não tinha computador na época, resolvi fazer algo parecido. Comprei folhas avulsas e montei 12 cadernos. Cada um deles ficou com cerca de 300 páginas. Neles escrevi à mão uma espécie de glossário com termos recorrentes na obra atribuída a Gregório e na sátira da época. Começava com Abaeté, a lagoa em Salvador, e chegava a zoilo, que significa louco, estúpido. Visualizar esses elementos me ajudou a entender aquele universo que estava pesquisando. Eu me sentia uma espécie de arqueólogo.” (HANSEN, 2022, p. 24).

(HANSEN, 2019, p. 313-314), em seu posfácio à coletânea, rejeita essa aproximação ao estabelecer a precedência, em Hansen, de uma pragmática à semântica. Não que Hansen despreze os significados; mas estes estão subordinados a uma pragmática que busca compreender as homologias entre os significados e seus usos no Antigo Regime. Isso pode ser visto, principalmente, pela atenção que Hansen devota à materialidade das obras, aos códices e sua circulação etc.⁴ Nesse sentido, resta evidente sua dívida a certos autores ligados à tradição da filosofia analítica, especialmente por sua crítica a uma concepção de linguagem como mera reprodução do real⁵. Vale acrescentar ainda que a metodologia de Hansen é infensa a qualquer fenomenologia; aqui o “autor” não é concebido psicologicamente; é, outrossim, ele mesmo um ente discursivo. Tampouco há uma visada canonizante: Hansen se interessa tanto por obras consagradas, a exemplo dos sermões de Padre Antônio Vieira, como por sermonistas “menores”, tal qual Antônio de Sá ou Antônio do Rosário. Isso porque, em quaisquer desses sermonistas, percebe-se o funcionamento das mesmas homologias, ainda que em graus diferentes. Não há aqui lugar para as categorias pós-românticas como as de “gênio” ou de “originalidade”.

Talvez haja certo sentido em remontar, sob determinado aspecto, como veremos, a obra de Hansen ao que Callin (2007) chamou de “crítica humanista do século XX”: a autores como Leo Spitzer, Ernest Robert Curtius, Erich Auerbach, C. S. Lewis e Northrop Frye⁶, dentre outros. Muito embora, em particular os três primeiros, estivessem enraizados no idealismo alemão e na tradição filológica e estilística, eles desempenharam, para Callin (2007, p. 4), uma “crítica prática” e promoveram *insights* nas estruturas mentais de um passado que conheciam com notável erudição. Curtius, em particular, devotou sua grande obra – *Literatura europeia e Idade Média latina* – à apresentação de cânones retóricos e poéticos, *topoi* e

⁴ Nesse sentido, em ensaio não presente neste primeiro volume, Hansen menciona a hermenêutica de forma um tanto pejorativa, devido ao fato de operar sem levar em conta a materialidade dos textos: “No campo dos estudos literários brasileiros, onde a hermenêutica campeia à caça do Sentido, a materialidade dos códigos bibliográficos é ignorada como o unicórnio, esse animal que não existe [...]” (HANSEN, 2011, p. 14)

⁵ Ver Austin, 1990.

⁶ Frye, a propósito, pretende compor uma nova “Poética”, de certo modo “atualizando” e “aprofundando” a de Aristóteles, na qual a retórica tem um lugar reservado. Também o crítico canadense havia possivelmente partido da Nova Crítica e dos “neorristotélicos”, como explica Robert D. Denham em seu prefácio à *Anatomia da crítica* (FRYE, 2014).

como foi feita pelo *New Criticism* e principalmente pelas correntes estruturalistas nos anos 1960 e 1970, que tentaram construir gramáticas gerativas da textualidade. Logo se viu que os textos literários não são redutíveis aos modelos linguísticos e gramaticais da frase e às funções da linguagem de Jakobson, ainda que sejam fundamentais, pois eles são enunciados retóricos intencionais, ou seja, *performances* singulares, historicamente datadas e posicionadas. É possível construir uma gramática gerativa de enunciados gramaticais, mas não uma retórica gerativa de enunciados literários. Também os estudos conteudistas, interpretativos, hermenêuticos, sociológicos, baseados principalmente na noção de reflexo, são insuficientes para dar conta do ato da leitura literária, porque a reduzem a uma função alegórica de reconhecimento documental, entendendo o efeito de extratextualidade produzido pelo texto como substância prévia de 'real' refletido nele, sem considerar o principal da ficção literária, a historicidade da forma, que acaba sendo lida como texto pragmático documentando coisas fora dela.

[...]

Preocupados com a estrutura linguística ou com as contradições do real, esses modelos de leitura não são incorretos ou falsos, obviamente, mas são insuficientes porque também não consideram a materialidade dos textos. Historiadores culturais e os novos filólogos ingleses vêm demonstrando que a materialidade dos códigos bibliográficos, principalmente a manuscritura da ficção anterior ao século XVIII, deve ser necessariamente incluída como signo ou elemento da significação [...]" (HANSEN, 2005, p. 36).

No caso da crítica literária brasileira, especialmente a que se ocupou do Período Colonial, Hansen encontrou, no início de sua obra, basicamente duas correntes antagônicas. Por um lado, havia a tradição da crítica de Afrânio Coutinho, caudatária do *New Criticism*, do qual havia sido um dos maiores difusores do país. Para Coutinho, a literatura do período deveria ser chamada de “barroca”, nunca de “colonial”, por ser esta última uma noção política e não estética, como a que propunha. Do mesmo modo, para o crítico, essa literatura fora, desde o início, “brasileira”, uma vez que a experiência do “Novo Mundo” transformara, desde sua chegada, o português que aqui se estabelecera¹². Por outro lado, havia a tradição da obra de Antonio Candido ([1959], 1999), para quem essas letras não passavam de “manifestações literárias”, uma vez que não havia ainda

¹² Como se vê, por exemplo, em sua obra *Conceito de literatura brasileira*, ou ainda em *O processo de descolonização literária*. Coutinho devotou muitos estudos ao Barroco, que foram posteriormente agrupados em um único e extenso volume (COUTINHO, 1994).

condições de se estabelecer um “sistema literário”, o que apenas viria a acontecer no século XIX, no que é seguido por Castello (1965).

Contrariamente às duas, o que encontramos em Hansen é justamente a inseparabilidade entre as letras e sua história, como também uma recusa por entendê-las “esteticamente”, refutando terminantemente a categoria do “barroco”, fruto do hegelianismo do século XIX. Em recente entrevista, perguntado sobre Gregório de Matos, afirmou Hansen:

Trata-se de um poeta extremamente culto, com amplo domínio de todos os códigos. E sua produção sinaliza que não precisamos esperar pelos autores do século XVIII e XIX, como preconizam obras como *Formação da literatura brasileira* [1959], de Antonio Candido [1918-2017], para começar a pensar sobre práticas culturais no Brasil. Candido afirma que não existia na Colônia condições materiais para a disseminação literária, mas hoje sabemos que havia sim um sistema cultural absolutamente consistente no século XVII, que não pode ser ignorado. Ou seja, existiam outras formas de ler e escrever no Brasil da época (HANSEN, 2022, p. 25).¹³

Portanto, Hansen, em sua obra, recusa o idealismo e o apriorismo das correntes críticas do tempo, sem, contudo, deixar de incorporar certas “atitudes” metodológicas que lhes eram peculiares, como o rigor estruturalista e a erudição dos “humanistas”, muito hábeis em reconstruir a *forma mentis* do passado, erudição essa em geral estranha aos novos críticos, por exemplo (cf. CALLIN, 2007). Em decorrência disso, certa aparência formalista e hermenêutica a que fiz menção, como também a erudição aparentemente “humanista”, são mais ferramentas de trabalho que hipóteses de trabalho. Isso porque se encontram subordinadas a uma concepção pragmática de linguagem que, na esteira dos historiadores culturais, busca a “historicidade das formas”. Ademais, essa visada historicista casa-se com a ascensão dos estudos retóricos, que, remontando, tanto aos “humanistas”, quanto aos “neoaristotélicos”, recebe impulso em fins do século XX.¹⁴ Desse modo, conforme mencionado anteriormente, a

¹³ Vale lembrar que o poeta e crítico literário Haroldo de Campos, por sua vez também ligado à USP, havia já criticado Candido pelo “sequestro do Barroco” na formação da literatura brasileira, ainda que o fizesse por um viés derridiano (CAMPOS, 2011).

¹⁴ É de se salientar a importância que o advento da internet terá para o fomento desses estudos, uma vez que a digitalização de obras antigas possibilitará o acesso remoto a textos outrora de difícil acesso, especialmente para o pesquisador brasileiro, muito acostumado a bibliotecas com acervos limitadíssimos. Sobre a dificuldade de sua pesquisa, desenvolvida na década de 1980, também

obra de Hansen não vem a reboque de alguma corrente crítica, mas, partindo do estado da arte de seu tempo, pensa seu objeto de forma original.

A proposta de “arqueologia da representação colonial” de Hansen, conforme mencionado, é complexa, e é possível apenas recompô-la aqui de forma um tanto quanto rudimentar, montando um mosaico quiçá demasiadamente grosseiro a partir de recortes dos vários ensaios que compõem este seu primeiro volume. De início, como justifica o autor, é preciso estabelecerem-se homologias entre os diversos registros:

As homologias funcionam como unidades de tópicos hierárquicas representadas em registros discursivos, pictóricos e plásticos diversos. Por meio das homologias estabelecidas entre os vários discursos e as representações plásticas e pictóricas, os vários meios materiais e institucionais e os vários modelos aplicados, é possível definir uma *forma mentis* específica do absolutismo católico português do século XVII. Ela é aristotélica e neoescolástica, devendo ter suas operações especificadas na Colônia, onde evidentemente sofre adaptações (HANSEN, 2019, p. 26).

Assim, por um lado, há, nessa *forma mentis*, um componente teológico-político, em grande parte tributário à Igreja Católica, em geral, e ao Concílio de Trento, em particular, no qual firmou-se o dogma da luz natural da Graça inata contra a tese luterana da *Lex peccati*; esta, em última instância, legitimadora da tese do “direito divino dos reis” (HANSEN, 2019, p. 58). Contrariamente a essa ideia, a tese católica, muito difundida especialmente pelos jesuítas, postulava que o poder era dado por Deus às pessoas, que, por sua vez, alienavam-no ao rei por meio de um pacto de sujeição, formando assim um “corpo místico”, no qual o rei é a cabeça, e os súditos o corpo (HANSEN, 2019, p. 78). Como afirma Hansen, o “rei-cabeça do corpo político do Estado mantém a justiça e a paz do ‘bem comum’, que teoricamente é o fim último da ‘razão de Estado’” (HANSEN, 2019, p. 83). Em sua versão católica, enquanto o rei governa o corpo político

afirma Hansen nessa mesma entrevista: “Garimpei livros em sebos e bibliotecas públicas de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife. Encomendei a amigos que viajavam ao exterior os principais tratados de retórica antiga escritos por preceptistas como Lodovico Castelvetro [c. 1505-1571], Baltasar Gracián [1601- 1658] e Francisco Leitão Ferreira [1667- 1735] que circularam na península Ibérica e nas colônias portuguesas e espanholas nos séculos XVII e XVIII. Essa produção já havia sido editada e estava disponível em livrarias na Europa” (HANSEN, 2022, p. 24).

de seu Estado na esfera temporal, “teoricamente a Igreja continuaria guiando as almas de seu Reino na esfera espiritual” (HANSEN, 2019, p. 85). Por isso, é imperativo que o governante tema a Deus e honre a Igreja, “agindo segundo as quatro virtudes cardeais, prudência, magnanimidade, temperança e justiça” (HANSEN, 2019, p. 119).

E, como consequência da tese tridentina e antiluterana segundo a qual a natureza humana não é totalmente corrompida, pois a luz natural da Graça continua aconselhando o livre arbítrio, retomou-se a ideia aristotélica de que as artes corrigem a natureza, ou seja, a ideia de que a alma humana pode ser melhorada pela instrução das *humanae litterae*, as humanidades, e pela formação de costumes (*mores*) e hábitos cristãos (HANSEN, 2019, p. 135). Daí o surgimento do curioso gênero dos “espelhos de príncipes”, ainda no século XIII, pelos quais se pretendia educar o futuro governante nas virtudes cristãs para que fosse capaz de realizar um bom governo (HANSEN, 2019, p. 124). De longa duração, encontramos o gênero com plena vitalidade nos séculos XVI e XVII, adaptado então a um catolicismo contrarreformado. Mas não apenas o príncipe deveria ser educado: o súdito igualmente precisava sê-lo. Como explica Hansen (2019, p. 127):

A doutrina neles [i.e., nos “espelhos de príncipes”] exposta prescreve, genericamente, que a educação deve levar os indivíduos que a recebem a uma integração harmoniosa como súditos no corpo político do Estado. Nessa integração, a liberdade de cada indivíduo é definida como subordinação à cabeça real [...].

Para obter e manter tal “subordinação livre”, que interessa ao bem comum, a educação deve “tornar mais homem”, lema do *Ratio Studiorum* usado pela Companhia de Jesus a partir de janeiro de 1599 em seus colégios. Para tanto, deve dar conta das três faculdades, ensinando-lhes antes de tudo o autocontrole, que visa ao meio-termo dos apetites à amizade com o restante do corpo político do Estado.

Conforme o *Ratio*, a Retórica deve dar conta de três coisas essenciais: “preceitos”, “estilo” e “erudição”. Para tal, os jesuítas recorreram principalmente a Cícero e Quintiliano. Como explica Hansen (2019, p. 63), no século XVII,

a Retórica ensinada segundo essas autoridades fundamenta todas as artes, que então se associam intimamente à difusão do modelo cultural do cortesão, como apologia do ideal civilizatório da “discrição”

De forma sumaríssima, para Hansen, encontramos nas representações coloniais, a partir dessas quatro articulações, uma adaptação local de lugares-comuns retórico-poético tradicionais, que, por meio de conceitos engenhosos, metáforas agudas, representam, não uma empiria, mas a presença da Causa primeira tornada visível vestigialmente por meio do juízo iluminado pela Luz da Graça, que produz imagens análogas na fantasia do homem “discreto”, o qual encontra na memória o registro autorizado dos signos aptos para representá-la posteriormente.

Como consequência da “arqueologia da representação colonial” proposta por Hansen, dada sua radical descontinuidade histórica, tem-se, como adiantado por Pécora, uma negação do “evolucionismo” literário e da teleologia nacionalista. Por isso, a ausência de um método e de um vocabulário mais afeitos à teoria da literatura e a recusa pela adoção de categorias idealistas e anacrônicas – como a de “Barroco”, que ainda hoje serve ordinariamente como chave classificatória para as letras do século XVII, em particular – talvez justifiquem certa perplexidade que a obra de Hansen ainda possa causar em alguma parcela da academia.

Surgido em um momento em que se afinavam novos métodos de pesquisa histórica e novas concepções de linguagem, o pensamento de Hansen, particularmente no que concerne às letras coloniais, objeto do volume ora resenhado, encontrou um terreno tomado, por um lado, pela tradição de Coutinho, já em declínio, e pela de Candido, que continua influente até hoje. Por outro lado, ainda na USP, encontrava o trabalho de Alfredo Bosi. Todos esses outros críticos, afora o fato de serem grandes intelectuais, produziram obras extensas e abrangentes. Vale notar que Coutinho coordenou a série *A literatura no Brasil* (1955-1959; 1968-1971); Candido publicou a já mencionada *Formação da literatura brasileira*, em dois volumes (1959); e Bosi, sua *História concisa da literatura brasileira* (1970), além de um volume dedicado à literatura do Período Colonial, o citadíssimo *Dialética da colonização* (1992). Dada sua inerente complexidade, a obra de Hansen, ao passo que perdeu alcance junto a um público mais amplo, ganhou progressivamente terreno entre os especialistas no período, dialogando com o trabalho de pesquisadores que também começavam a desenvolver seus trabalhos desde meados da década de 1980, como Adma

Muhana, o já citado Alcir Pécora, o próprio Leon Kossovitch, que assina o posfácio, dentre outros.

Atualmente, porém, tendo como fundamento o providencialismo divino, a política católica contrarreformada e o legado retórico-poético greco-latino, a proposta de Hansen marca uma posição que acaba por se mostrar inadvertidamente incômoda numa academia em que hoje ganham espaço as teorias decoloniais e afins, em detrimento do estudo dos “clássicos”. Disso tudo decorre, em grande parte, certo distanciamento injusto das ideias do professor, assim como do seu campo de interesse como um todo, que a publicação de seus ensaios reunidos pode ajudar a corrigir. Do mesmo modo, é possível que a trilogia venha a ocupar o lugar dessa suma abrangente que o autor nunca compôs, já que dedicou mais espaço à composição de ensaios, como também o fizera, por exemplo, Spitzer, mas contrariamente ao feito por Coutinho, Candido e Bosi, no Brasil; além de Auerbach, Curtius, Booth, Frye, Lewis, entre tantos outros, fora do país, que não deixaram de publicar algum livro mais extenso, mas de caráter sintético, acerca de suas próprias ideias. Além disso, a trilogia pode vir a tornar mais claras as filiações teóricas e perspectivas metodológicas do autor, evidenciando o alcance e a importância de sua obra.

Contemporânea e afim da melhor tradição acadêmica do século XX, a obra de Hansen, como toda grande obra, ao passo que fornece respostas, suscita muito mais perguntas. De qualquer modo, *Agudezas seiscentistas* é passagem obrigatória para todos aqueles que querem ajudar a respondê-las, assim como para aqueles que pretendem pensar o período de forma diferente.

REFERÊNCIAS

AUSTIN, John L. *Quando dizer é fazer*. Trad. Danilo Marcondes Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BARROS, José D’Assunção. “História cultural e história das ideias”. *Cultura* [Online], vol. 21, 2005. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cultura/3353>. Acesso em: 30 jul 2022.

BARTHES, Roland. A retórica antiga. In: COHEN, J. *et alii*. *Pesquisas de retórica*. Petrópolis: Vozes, 1975. p. 147-227.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 2. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1978.

- CALLIN, Wiliam. *The twentieth-century humanist critics: from Spitzer to Frye*. Toronto, Canadá: University of Toronto Press, 2007.
- CAMPOS, Haroldo. *O sequestro do barroco na Formação da literatura brasileira: o caso Gregório de Matos*. São Paulo: Iluminuras, 2011
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. 7. ed. Belo Horizonte-Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 1993 [1959].
- CASTELLO, José Aderaldo. *A literatura brasileira*. vol. I. *Manifestações literárias da era colonial*. 2. ed., São Paulo: Cultrix, 1965.
- COUTINHO, Afrânio (org.). *A literatura no Brasil*. 4 v. Rio de Janeiro: Sul Americana, 1955-1959.
- COUTINHO, Afrânio (org.). *A literatura no Brasil*. 2. ed. 6 v. Rio de Janeiro: Sul Americana, 1968-1971.
- COUTINHO, Afrânio. *Do barroco (Ensaio)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.
- CURTIUS, Ernst Robert. *Literatura europeia e Idade Média latina*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.
- DENHAM, Robert D. “Introdução à edição canadense”. In: FRYE, Northrop. *Anatomia da crítica: quatro ensaios*. Tradução de Marcus De Martini. São Paulo: É Realizações, 2014 [1957].
- FRYE, N. *Anatomia da crítica: quatro ensaios*. Tradução de Marcus de Martini. São Paulo: É Realizações, 2014 [1957].
- FUMAROLI, Marc. *L'age de l'eloquence: rhetorique et res literaria de la renaissance au seuil de l'epoque classique*. 3. ed. Geneve: Droz, 2002.
- GUERRA, Gregório de Matos e. *Poemas atribuídos: Códice Asensio-Cunha*. 5 vols. Organização João Adolfo Hansen e Marcello Moreira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- HANSEN, João Adolfo. *Agudezas seiscentistas e outros ensaios*. São Paulo: EDUSP, 2019.
- HANSEN, João Adolfo. “Códigos bibliográficos, escribas, manuscritura e códices da poesia atribuída a Gregório de Matos e Guerra”. In: MOREIRA, Marcello. *Critica textualis in caelum revocata?: uma proposta de edição e estudo da tradição de Gregório de Matos e Guerra*. São Paulo: Edusp, 2011, p. 13-41.
- HANSEN, João Adolfo. *Mimesis: figura, retórica e imagem*. In: *V Colóquio UERJ – Erich Auerbach*. Rio de Janeiro: Imago, 1994, p. 45-69 .
- HANSEN, João Adolfo. *O O: a ficção da literatura em Grande sertão: veredas*. São Paulo: Hedra, 2000.
- HANSEN, João Adolfo; FERES JUNIOR, J. “Para uma história dos conceitos das letras coloniais luso-brasileiras dos séculos XVI, XVII e XVIII”. In: João

Feres Júnior; Marcelo Jasmin (org.). *História dos conceitos: diálogos transatlânticos*. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio/Edições Loyola/IUPERJ, 2007, v. 1, p. 253-266.

HANSEN, João Adolfo. “Reorientações no campo da leitura literária”. In: ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson. (Org.). *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. 1.ed. Campinas; São Paulo: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil; FAPESP, 2005, v. 1, p. 13-44.

HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. 2. ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial; Campinas: Editora da Unicamp, 2004 [1989].

HANSEN, João Adolfo. “Viagem pelas letras brasileiras”. *Revista Pesquisa FAPESP*, São Paulo, n. 316, p. 21-5, junho de 2022. Entrevista concedida a Ana Paula Orlandi.

LAUSBERG, Heinrich. *Elementos de retórica literária*. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

PÉCORA, Alcir. “Agudezas Seiscentistas”. *A Terra é redonda*, 21 de outubro de 2019. Disponível em:

<https://aterraeredonda.com.br/agudezas-seiscentistas/>. Acesso em: 30 jul 2022.

TRIMPI, Wesley. *Muses of One Mind. The Literary Analysis of Experience and Its Continuity*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1983.

AGRADECIMENTOS

Agradeço o apoio recebido do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), por meio da concessão de bolsa de Pós-doutorado Sênior (PDV/ Processo número 104443/2020-0), durante a qual pude desenvolver parte deste trabalho; e também ao Dario Trevisan de Almeida Filho, pela leitura crítica do manuscrito e pelas sugestões.

Recebido em 5 de dezembro de 2022

Aprovado em 16 de janeiro de 2023

Licença: 

Marcus De Martini

Doutor em Estudos Literários pela Universidade Federal de Santa Maria, onde também é professor-associado no Departamento de Letras Vernáculas.

Contato: marcusdemartini@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-9300-4080>